

O PLANETA COMO GRANDE CRITÉRIO ÉTICO

GIANNINO PIANA

Milão, Itália

Estamos no auge de uma crise econômica sem precedentes, ao menos desde o último pós-guerra. Uma crise que, tendo explodido nos Estados Unidos, pôs de joelhos o mundo inteiro. Suas causas são muitas e diversas: desde a hegemonia da economia financeira sobre a produtiva até as especulações criminais realizadas pelos altos dirigentes de bancos e seguradoras. Mas a verdadeira razão, a mais profunda, da atual crise, a que frequentemente se tende a calar, deve ser procurada mais abaixo. Aquilo a que temos assistido (ainda hoje) é a derrubada de um sistema econômico, no qual só conta a maximização da produtividade e do lucro a qualquer custo, seja humano ou ambiental.

O alarme diante dessa situação não vem somente de doutos em ética ou de assistentes sociais que denunciam a ruptura crescente entre Norte e Sul e o avanço do desastre ecológico. Vem também dos próprios economistas – ao menos dos mais esclarecidos – que não duvidam em chamar a atenção para o que até pouco tempo era considerado economicamente improdutivo. Deve, pois, ser julgada a ideologia do «crescimento a qualquer custo», alimentada pela suposição de um crescimento indefinido que não soube contar devidamente com o limite dos recursos (em muitos casos, não renováveis) e com o crescimento em espiral da contaminação dos bens fundamentais para a vida: o ar, a água e a terra.

Faz-se necessário, assim, uma «mudança radical do conceito de desenvolvimento», abandonando um modelo rigidamente quantitativo, em favor de um modelo ecossustentável, que se confronte com os recursos da humanidade atual e das gerações futuras, às quais é dever passar um mundo habitável. Isso significa que a eficácia econômica não pode (nem deve) ser valorizada sobre a única base da quantidade de bens produzidos, expropriando radicalmente a natureza; deve, pelo contrário, também contemplar outros parâmetros, como a atenção para a «bondade» intrínseca de quanto é produzido, sua distribuição equitativa e o uso comedido dos recursos naturais.

Necessidade de um sistema econômico alternativo

Impõe-se, portanto, a superação do tradicional

binômio de «Estado e mercado». Os ensaios de economia planificada, que caracterizaram a experiência dos países do socialismo real, fracassaram. Mas não menos falido (embora ainda amplamente difundido) é o modelo capitalista que reduz tudo ao mercado, a um mercado sem regras, esquecendo que fins e valores não podem se basear nele; que, pelo contrário, não há nada menos livre que um mercado neoliberal, em que afloram inevitavelmente – não pode ser de outra maneira – formas de concentração monopolista. O que se exige, pois, é uma sempre maior participação da parte inferior na gestão e no controle dos processos econômicos; uma verdadeira democratização do sistema econômico, que leve em conta, como principal agente, a sociedade civil. Reside nisso o futuro da democracia, acossada hoje pela presença dos poderes rígidos – o econômico e o da informação, em primeiro lugar (com frequência estreitamente ligados) – que acabam por condicionar toda decisão humana.

As profundas desigualdades existentes em nível mundial e o consumo selvagem dos recursos, fruto de uma atitude depredadora diante da natureza, exigem que, voltando a pôr no centro da economia o que deve ter a primazia, passemos da prioridade do trabalho (e do ser humano trabalhador) sobre o capital, a uma visão de benefício como bem comum social e integral; da subordinação da economia financeira à produtiva, a possibilitar um sistema que procure por uma verdadeira solidariedade entre os seres humanos e com o mundo ambiente.

Há sinais de esperança?

Apesar da convergência entre ética e ciência econômica – preocupada esta última, como se disse, com as devastadoras consequências já presentes no atual sistema (e que serão no futuro ainda mais relevantes) –, não parece que se vislumbrem, no âmbito das opções concretas, sinais de uma verdadeira inversão de tendência. A maior parte dos agentes econômicos do Ocidente e mais além – basta pensar no que está acontecendo na China – continua procurando níveis sempre mais elevados de produtividade, sem preocupação nenhuma com o gasto excessivo dos recursos e

com o aumento das desigualdades que multiplicam os conflitos. A alternativa a que aludimos aparece, pois, à primeira vista, impraticável.

Isso, porém, não significa que não haja sinais, embora sejam pequenos, de uma ordem diversa que induzem à esperança. Assistimos de fato em diversas partes ao florescimento de iniciativas produtivas e comerciais, até mesmo financeiras, que se desenvolvem segundo uma lógica diversa da dominante: pense-se nos esforços por aproximar os produtores dos consumidores, sem intermediários inúteis, o «comércio justo e solidário», o «banco ético» (é significativo que o principal promotor dessa iniciativa tenha recebido o prêmio Nobel da paz!).

Por outro lado, o mal-estar crescente em que estamos e para o qual a recente crise financeira contribuiu de forma determinante para aumentar, deu lugar, desde há algum tempo, a uma série de iniciativas (também estas quantitativamente minoritárias, mas nem por isso menos significativas) no próprio âmbito macroeconômico: do exercício da responsabilidade social da Fazenda, na consideração do proveito social, até a participação dos trabalhadores nas decisões da Fazenda, mediante a aquisição de um pacote comum de ações gerido pelo sindicato. Por mais que ainda sejam tímidos esses sinais, não deixam de mostrar o avanço de uma nova consciência, que não vai deixar de crescer por motivo da sempre maior percepção das falhas do sistema.

Novos estilos de vida e de ação política

A primeira condição para que seja possível esse novo rumo é o surgimento de uma plena consciência da gravidade da situação, de tal modo que ponha

em andamento um processo de mudança radical dos estilos de vida. A possibilidade de fazer nascer um novo modelo de desenvolvimento está, antes de tudo, ligada a atitudes e comportamentos. Depende da suspensão do desperdício e da redução das necessidades e do consumo; em uma palavra, da adoção de um estilo de sobriedade ou de austeridade funcional para viver mais amplamente a solidariedade inter-humana e melhorar a qualidade de vida. Somente partindo dessa mudança de mentalidade e de costumes será possível de fato dar vida a uma ação coletiva que se traduza em uma luta séria contra as estruturas sociais e permita elaborar um projeto alternativo.

Mas isso não basta. É necessário, além disso, dar um papel de primeira ordem à «política» que se encontra em graves dificuldades, seja porque já veio a ser em muitos casos uma variável dependente dos poderes fortes – o econômico, sobretudo – ou porque está prisioneira de um estatuto provincial ligado à realidade dos Estados-Nações, os quais já não podem governar processos que ultrapassam amplamente suas fronteiras. A busca do bem comum, que é o fim da atividade política, é hoje ainda mais urgente que no passado, se se tiver em conta a complexidade de uma sociedade como a nossa, na qual cresce a fragmentação pela multiplicação de pertencas e a pluralidade de forças em jogo, frequentemente antagonistas.

Agir a partir dos cidadãos e uma intervenção reguladora nas instituições públicas são, portanto, as iniciativas paralelas das quais pode vir uma radical mudança do sistema econômico e social; mudança absolutamente necessária se se quiser deter a degradação do Planeta e dar à humanidade, presente e futura, oportunidades de libertação. □

No dia em que o homem compreender ser filho da natureza, irmão dos bichos da terra, dos pássaros do céu e dos peixes do mar, nesse dia, ele compreenderá sua própria insignificância e, realista, será mais humano, mais simples e solidário. Lembrar aos mais ricos que a solidariedade é uma das poucas coisas que justificam nossas pobres vidas. Que o dinheiro não classifica as pessoas, que, ricos e pobres, todos somos iguais, frágeis, insignificantes, em face deste mundo injusto. Que dividir é o verbo mais belo que existe, e guardá-lo no peito e segui-lo seria, se Deus existisse, o que de todos nós ele esperaria.

Oscar NIEMEYER
Arquiteto projetista de Brasília

Última hora:

O problema é conhecido: continuamos a perder 12 mil km² de florestas tropicais por ano, diz a ONU; por uso excessivo ou inadequado, 60 mil km² de terras entram em processo de desertificação a cada ano; consumimos recursos naturais quase 30% além do que a biosfera planetária pode repor. Aqui, a Amazônia continua a perder milhares de quilômetros quadrados por ano. O Cerrado, 22 mil km². Em cada lugar, espécies são expulsas, saem em busca de novos *hábitats*. Portanto, não temos por que nos espantar diante de quadros dramáticos.

Washington NOVAES
O Estado de São Paulo, 1º de maio de 2009.